

ASSENTAMENTOS RURAIS: ENTRE A CONQUISTA DA TERRA E A MORADIA- QUANDO OS SONHOS SE TORNAM REALIDADE.

AMONE INACIA ALVES*

PALAVRAS CHAVE: ASSENTAMENTO RURAL, TRABALHADORES RURAIS, COTIDIANO E TRABALHO.

INTRODUÇÃO

Esse texto pretende mostrar como a Comissão Pastoral da Terra – CPT – participou como coadjuvante no processo de ocupação da Fazenda Estiva, em meados da década de 1980. Mostraremos como se deu a luta e conquista da Terra, e como o trabalho formativo da CPT engendrou ações que resultaram no êxito do Assentamento.

De fato, o trabalho da CPT impulsionou movimentos de contestação desde a década de 1970, criando ações que de uma maneira ou outra, mudaram o cenário agrário em Goiás. A partir de sua inserção e trabalho conjunto desenvolvido no campo, desenvolveram ações com os trabalhadores rurais, fazendo com que surgissem ocupações e assentamentos rurais que desafiaram o poder constituído e as situações de mando que aconteciam arbitrariamente. Essas ações coletivas conjuntas alteraram o mapa rural no Estado, com o êxodo de pessoas.

A observação em assentamentos rurais da religiosidade popular nos despertou o olhar. Percebemos que, mesmo exercendo a militância e adotando um discurso reivindicativo, o trabalhador rural não perdia as suas expectativas em relação ao que considerava sagrado. Segurava com uma mão uma foice e com a outra, a Bíblia que, segundo o seu relato, o orientava no tipo de ação a ser praticada. Relatava que, mesmo em um dia de enfrentamentos, ao final da lida, ao fazer a leitura bíblica, encontrava ali as respostas necessárias para a condução do dia seguinte.

*Historiadora, com Doutorado em Educação pela UFG. É Professora Adjunto na Área de Fundamentos Filosóficos e Sócio-Históricos da Educação na Faculdade de Educação da UFG.

O fato que nos chamava a atenção ao iniciar esse trabalho era a fé religiosa que alimentava os discursos, as práticas e os entendimentos de conceitos chave para os enfrentamentos. Observamos que o trabalhador rural a vivencia intimamente nos atos cotidianos e por meio dela, constrói novos significados para a sua vida.

Passou a nos interessar compreender como os atores, ao reivindicarem demandas consideradas significativas para as suas mudanças de vida, se organizavam em diferentes movimentos sociais e como, mesmo empenhados em alterar a sua situação social, não abandonavam a fé e a crença religiosa, atribuindo um novo significado àquela ação.

Daí o interesse em estudar a ação da Igreja Católica no campo, por meio do seu trabalho pastoral. Percebemos que esse agente coletivo constituía um elo entre esses saberes religiosos e os de militante. Foi por intermédio de suas ações que outros agentes entraram em cena, como por exemplo, o Movimento dos Sem Terra, MST. Através de uma liturgia mais combativa, voltada aos problemas sociais, a Igreja, ou uma ala específica, pois sabe-se que não havia consenso em relação às suas ações, passou a interagir voltada a uma opção pelos pobres.

Dividimos esse trabalho em duas partes. Na primeira, localizaremos o surgimento do Assentamento. Na segunda parte, mostraremos o significado do Assentamento após a imissão da posse, a partir da observação em São João do Bugre vinte anos depois;

1.1 “Ocupar, resistir e enfrentar”: O ocupação da Fazenda Estiva.

A Fazenda Estiva era conhecida por antigos trabalhadores rurais da região, que sabiam que se tratava de terras devolutas. Um dos pioneiros da ocupação foi Antônio Alves de Sousa – o Antônio Baiano¹ – que chegou à Fazenda Estiva em 1979, lá encontrando Antônio Vitorino. Do outro lado do Rio do Bugre, na Fazenda São João do Bugre, moravam outras cinco famílias, em uma área de 454.8221, cuja posse já havia sido requerida ao Instituto Agrário do Estado de Goiás - Idago. Há mais de trinta anos, cultivavam vários produtos, como arroz, mandioca e banana, além da criação de animais. Trabalhavam na roça na condição de

¹ O único posseiro, propriamente dito era o Antônio Baiano, apesar de, a partir de 1983 passaram a morar dezoito famílias em um mesmo rancho de folha de bacuri, de 6mx 3m. (p.92)

agregados. Alceu de Barros que confidenciou para Baiano que estaria providenciando a documentação da terra e, quando terminasse o pleito, ele poderia permanecer onde estava.

Em março de 1981, ou seja, três anos depois, apareceu Helion Barros de Oliveira, filho de Alceu de Barros, pressionando para que todos dali se retirassem, uma vez que havia comprado as terras de seu pai. Antônio Baiano afirma que inicialmente, o próprio Helion o procurou, fortemente armado, exigindo sua saída. Dois meses depois, os jagunços abriram uma picada e fizeram uma cerca ao redor do rancho. Seguiram-se os incêndios, cortes da plantação, tiros a esmo e dois despejos, sendo o primeiro datado na ordem judicial de 28 de junho de 1984.

Eu tinha um cachorro que vivia correndo *pelos plantação*. Naquele dia deixei ele amarrado e tive que sair daqui. Eles (os jagunços) colocaram fogo em tudo. Quando eu cheguei aqui vi o cachorrinho todo sapecado. Daí deu uma revolta tão grande, que resolvi continuar aqui. (Entrevistado 08)

Mediante tanta pressão, cinco famílias foram embora da região. Antônio Baiano afirma que Antonio Vitorino teria sido cooptado por Helion, prometendo-lhe a permanência na terra, caso ele não entrasse no movimento. O processo de grilagem referia, principalmente, a Antônio Baiano. O fato é que Antônio Baiano convenceu os outros vizinhos a resistirem na terra, a fim de assegurarem ali a sua permanência.

Em 1980 Helion de Barros Oliveira procurou incorporar na sua fazenda a área ocupada pelos posseiros, mediante ameaças e pressões, usando muitas vezes o subterfúgio de subornar os posseiros a deporem ao seu favor.

Contudo, os posseiros, por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, requereram providências legais, como o mandato de segurança, pois já tinham o direito legal de posse. A esses posseiros somaram-se mais famílias, com a finalidade de, tanto permanecer nos lotes, como prestar solidariedade aos antigos moradores.

O agravamento da situação se deu quando, em 30 de maio de 1984, o fazendeiro Helion de Barros de Oliveira, acompanhado de um jagunço armado, invadiu a residência de Antônio Alves de Souza, Antônio Baiano, atacando-o violentamente, o que provocou a sua hospitalização e um inquérito policial registrado na Polícia de Goiás. O histórico de agressões não parou por aí. Em 25 de junho do mesmo ano, o Antônio Baiano tornou a ser agredido por

Helion no Cartório da cidade de Goiás, sendo testemunhado por oito funcionários do estabelecimento. Ao mesmo tempo, por ordem da ação judicial do juiz da Cidade de Goiás, João Jubé, no dia 26 de junho do mesmo ano, três famílias foram despejadas da fazenda, acompanhadas pelo oficial de justiça com mais três jagunços.

No momento do despejo, só estavam presentes no acampamento, as crianças, pois os posseiros trabalhavam nas plantações. Os jagunços quebraram os pertences dos moradores, levando os entulhos em um caminhão. No dia seguinte, mais uma vez, a mando de Helion, jagunços armados atearam fogo em quatro ranchos e duas residências, uma casa de farinha e um paiol. Além disso, soltaram 86 cabeças de gado nas plantações, destruindo-as. No decorrer dos acontecimentos mais uma vez Antonio Baiano foi ameaçado de morte.

Antônio Baiano foi o primeiro posseiro a reivindicar a ‘posse’ da Fazenda Estiva, por já ter nela vivido na condição de agregado. Os demais posseiros chegaram depois por motivos diferentes². Em entrevista concedida, um trabalhador rural, afirmou para lá ter ido, em solidariedade ao “compadre posseiro”:

Cheguei à Estiva porque soube que o compadre estava aqui com dez filhos passando a maior dificuldade. Isso porque o Fazendeiro (referindo ao Helion o reivindicante da terra) ameaçava ele e a família dele. Queria cobrar um preço alto *pelas plantação*. Se tivesse pagado pela plantação, o compadre teria ido embora das terras. Mas como não teve acordo, ele resolveu ficar. (Entrevistado 08)

No início do conflito não apareceu nos depoimentos qualquer menção ao que poderíamos chamar de “consciência política”, que habilitasse os posseiros da Fazenda Estiva para uma militância no que se referia à conquista da terra. Essa “consciência” apareceu no decorrer do conflito, conforme assinala o entrevistado 08:

Nós não tinha interesse, no início, em ficar na terra. O que eu queria, como disse para a senhora antes, era ajudar o compadre a receber o que tinha de direito. Mas depois eu passei a ver o seguinte: a terra é para quem precisa trabalhar. Aqui todo mundo era trabalhador rural e se conhecia. [...] Não era gente aventureira e da cidade. Eu mesmo, nunca vivi na cidade. Sempre

² Foram esses os posseiros que chegaram depois de Antônio Baiano: Iron de Araújo Souza, Aparecido Gabriel Prata, Dorival Barroso de Carvalho, Sebastião Silva, João da Mata Santana (irmão do Manoel da Mata, Manoezão), Baltazar Paulínio da Silva, Sebastião Bernardo da Silva e Manoel da Mata. Exceto o último da lista e seu irmão, alguns dos posseiros vieram trazidos pela igreja e sindicato de Itapuranga, segundo Antônio Baiano, lhes disse que “havia terra para todo mundo”. Resolvemos ocultar os nomes no decorrer do texto.

trabalhei na roça. Passei a ficar aqui e disse: serei o último a sair. E fiquei até hoje.

O conflito, aos poucos, despertou o engajamento dos agentes pastorais que passaram a visitar a Fazenda Estiva, o que foi decisivo para “o despertar” dessa “consciência política”, tanto deles, como dos próprios posseiros. O entrevistado 08 destacou a importância da Igreja naquele momento:

No começo até para os agentes virem aqui era complicado. Isso porque agente vivia “amoitado” com medo de tiro que vinha de todo lado. O pessoal vinha e reunia na casa do compadre. Até eles não sabiam direito o que fazer. Então posso dizer que não ensinaram a gente, não. Ninguém tinha experiência com luta. Pode dizer que eles aprenderam também com a gente. (Entrevistado 08)

O “aprender com a gente” coaduna com o caráter espontaneísta que a Igreja inaugurava na área social. Isso significou, em muitos momentos, trocar “os pés pelas mãos”, quanto ao trato em relação às ocupações ou posses. Já foi falado sobre o fato de que, em várias ocasiões, os agentes pastorais tomaram “as dores” dos trabalhadores, chegando a agir em nome deles.

Mas essa situação revela ainda outro aspecto também importante, que é o aprendizado na prática do que significa a opção pelos pobres. Aos poucos, agentes pastorais, religiosos e demais membros da igreja tomaram conhecimento de uma realidade até então nova, desconhecida e desafiante. Pode-se afirmar que a Fazenda Estiva/São João do Bugre teve esse significado para a igreja em Goiás.

Exemplo desse engajamento, na ocasião do conflito, Dom Tomás Balduino³ realizou uma missa na catedral da Cidade de Goiás, solidarizando com os posseiros, ao mesmo tempo em que ações de despejo foram ordenadas pela justiça local⁴.

A Fazenda Estiva marcou um novo posicionamento da igreja em relação aos conflitos agrários, o que significou, também, em fazer algumas escolhas. Sobre esse novo posicionamento, o entrevistado 10, ex-agente da pastoral é significativo:

³ Além disso doações em favor dos “Posseiros da Estiva” eram estimuladas pela própria igreja.

⁴ A imissão na posse só foi possível no dia 12 de novembro de 198, sendo que o decreto de desapropriação foi no dia 10 de agosto de 1987.

Então, o primeiro trabalho da CPT foi teológico, porque a igreja antigamente tinha uma aliança com a oligarquia rural que defendia que a propriedade era sagrada, então ninguém poderia tocar que era tabu. E isso era de Deus, era assim mesmo. A pastoral da terra teve que fazer um trabalho de reconceitualização teológica, para entender até que ponto a propriedade era sagrada e se era sagrada mesmo e se era pecado mesmo fazer ocupação de terra e querer uma terra. E, muitas vezes, caminhava mesmo na linha de dizer que era inveja, querer o que era do outro. Muitas vezes mesmo, caminhava numa linha moral, de entender que hoje tem muita gente sem terra, e muita terra sem gente. Isso é fruto de uma história de construção histórica, e não de uma realidade dada por Deus. (Entrevistado 10)

Neste sentido, percebe-se que a igreja teve que também se adaptar à proposta de acompanhar os trabalhadores nas suas ações, adaptação essa que demarcou terreno para importantes tomadas de decisões. Significou optar entre falar em nome dos trabalhadores ou assumir a sua causa. Em várias ocasiões, houve as duas coisas, sendo que em muitas vezes, a igreja, a partir da atividade pastoral, participou das batalhas com os litigantes:

Teve dia que a coisa ficou feia aqui. Aconteceu que uma vez, que estava forte o tiroteio. As mulheres *ficava* aqui na casa cuidando do *comer* dos trabalhadores, e os homens ou na lavoura ou resolvendo as coisas (na cidade). Teve um dia em que era tanta bala vindo que eu e a irmã Zenaide chegamos a andar arrastando, com medo de ganhar tiro. (Entrevistado 11)

Em um primeiro momento, esse trabalho funcionou no plano da assessoria jurídica, no apoio, ou na própria organização, como na doação de alimentos, roupas e remédios pelas comunidades católicas. Porém, em um segundo, e talvez o mais importante momento, o trabalho da CPT foi no sentido de um apoio moral, amparo substancial para as suas conquistas, muitas vezes, assumindo a fala dos ocupantes, tirando-lhes o protagonismo.

Quanto ao apoio moral, a religiosidade conferiu uma força para que houvesse resistência aos grileiros, à justiça e à própria desmotivação, muito comum entre os que se encontravam na condição de *sem terras*:

Então tudo isso foi feito um trabalho, me lembro muito bem que, no início, os agricultores resistiram e disseram: não, não farei isso, é pecado. Mas na medida em que os trabalhadores foram percebendo que a terra é um dom de Deus, deixada para todos, e que quem começou com a escritura foi exatamente aqueles que tinham a responsabilidade de cuidar, então as pessoas começam a rever a sua concepção teológica, sua relação com a terra, sua perspectiva de fé e começam então a ter experiências importantes de luta pela terra. Os trabalhadores começam a fazer uma releitura da própria palavra de Deus e dos seus conceitos e preconceitos ideológicos nessa

questão da terra. Então começa a ter trabalhadores que dizem: não é assim.
(Entrevistado 10)

Essa fala do ex-agente é ilustrativa, porque mostra que o trabalho da CPT foi, também, na direção de uma conscientização dos trabalhadores rurais. Empenhar pelos seus direitos não era um erro, mas uma necessidade, haja vista as más condições em que se encontravam anteriores à fase do acampamento. A CPT conferiu ainda um novo *status* ao andamento dos fatos, quanto à possibilidade de organização, que praticamente no campo era desconhecida. Esse respaldo político foi responsável pelo *modus operandi* que seria adotado dali por diante pela igreja, presente em outras ocupações. Era necessário constituir um modo de ação, que de fato marcasse a presença da CPT na área da formação.

1.2 O ASSENTAMENTO CONCRETIZADO: QUE SONHO REALIZAR?

A fase do Assentamento mostrou inúmeros desafios, seja na própria organização, divisão de terras, concretização do sonho da terra prometida. Nesse parte do texto, propusemos analisar os saldos da ocupação e o cotidiano vivenciado em São João do Bugre vinte anos depois⁵.

Em primeiro lugar, não poderíamos deixar de observar a clara urbanização do campo, embora os assentados nunca tenham vivido nas cidades, expressa nas próprias casas com televisões com parabólicas, substituindo os velhos rádios de pilha e os celulares, fonte de comunicação com os vizinhos.

Em segundo, da luta pela terra até a imissão da posse houve uma resignificação dos laços de sociabilidade. Existe uma dinâmica de fora impulsionando mudanças no Assentamento, com a presença de novos sujeitos, promotores, pesquisadores, mediadores, sindicalistas, policiais, pastores evangélicos etc. Tudo isso altera a sociabilidade. Chegaram, também, pessoas que compraram os lotes de antigos parceleiros, prática errada, porém real. Alguns desses novos proprietários fizeram da gleba de terra uma chácara de lazer de final de semana. Outros antigos assentados simplesmente partiram, abandonando as parcelas.

⁵ A observação do Assentamento se deu em meados de 2009, quando nos propusemos a avaliar a efetividade do Assentamento vinte anos depois.

No assentamento, ao longo de sua trajetória, os assentados participaram, ainda, da formação de outros trabalhadores, apontando o ‘caminho das pedras’, ou seja, outras terras para ocupar. Então, o conhecimento político possibilitou outras aquisições. Contudo, essas aquisições não foram suficientes para o enfrentamento ao empreendimento capitalista. Ouvimos queixas de que não bastava ter a terra sem o devido incentivo do governo. A Revolução Agrária, marcada pelo crescimento extensivo e intensivo do Capitalismo no campo, desenvolveu forças produtivas, isto é, capital e tecnologia, favorecendo, sobretudo, os latifúndios e o agronegócio.

Como em São João do Bugre demoraram oito anos para a imissão do título, um bom tempo para a descrença nesses projetos governamentais e o subsequente abandono da parcela. Além do mais, os trabalhadores que entrevistamos tinham pouca leitura, empecilhos naturais para enfrentar o linguajar técnico.

Com certeza, os ‘tecnocratas do campo’, com a linguagem da administração têm mais êxito em conseguir empréstimos, haja vista a equipe ciosa dos trâmites legais dos empréstimos a juros baixos.

Resta a São João do Bugre o consumo dos bens da cidade, havendo baixa produção de subsistência, sem a presença do núcleo familiar, que na maior parte, migrou para a cidade, deixando de ser proletária rural para ser proletária urbana. Dinamizam-se, assim, o intercâmbio de pessoas e ideias entre o campo e a cidade, eliminando ou reduzindo as diferenças e barreiras locais e regionais, modificando a sociabilidade rural, secularizando as relações sociais, os valores da cultura e os padrões de comportamento.

Ao mesmo tempo que despoeva, urbaniza-se o campo, servindo a terra apenas para a moradia de uma população envelhecida: “Todo mundo trabalhava na roça, agora que o patrão mandou o povo embora por causa do seguro, do abono, das aposentadorias, todo mundo busca emprego na cidade” (Entrevistado 08).

Não há lugar para as trocas de serviço, em uma sociedade que sobrepujou o valor de uso, aumentando no mesmo compasso, o valor de troca. Os filhos vão em busca de contratos na cidade, garantias da educação formal, da profissão e da carteira de trabalho assinada.

“Bons tempos eram aqueles de arroz na salmoura”, ouvimos queixas de um assentado, octogenário, ainda residente na parcela, saudoso do movimento pela conquista da terra em

São João do Bugre. Queixas apareceram também em relação ao silêncio da igreja naquele assentamento.

A CPT vivencia, desde os anos 1990, uma fase de institucionalização e crise relativa aos projetos de formação, ausentando-se do campo. Em São João do Bugre, “nem missa padre vem aqui fazer”.

Se receber a terra era a possibilidade não apenas de renda, mas de conquista de um sonho e de liberdade, ser dono do seu trabalho, a realidade mostrou que obter a sobrevivência só seria possível mediante tornar-se peão. Muitos assentados foram trabalhar para outras fazendas como peões, chacareiros, tratoristas, meeiros ou diaristas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto procuramos entender como se deu a efetividade do trabalho de formação com os trabalhadores e para isso, queríamos encontrar um assentamento rural que fosse fruto desse trabalho. A posse dos documentos e das leituras nos levou a um assentamento rural que foi alvo desse investimento formativo da CPT, que foi o pioneiro nesse tipo de ação: a Fazenda São João do Bugre, ocupada por parceleiros que por lá chegaram em meados dos anos 1980 .

Esse estudo foi fruto do trabalho etnográfico em São João do Bugre, antiga Fazenda Estiva. Estivemos lá em dois momentos. No primeiro, em meados de 2009, fizemos uma observação sobre o lugar, conversamos com o mais antigo morador, Antônio Baiano e seus familiares. No segundo momento, no final de 2009 e começo de 2010, procuramos os assentados que permaneceram nos lotes, inquirindo sobre a sua participação do movimento de conquista da terra e de sua atuação no presente em outros movimentos e organizações sociais. Observamos que após a conquista da terra, restou ao Assentamento uma população envelhecida que pouco produz na terra.

Perguntamos-lhes como se dava o contato com a CPT na atualidade e que tipo de apoio contavam no processo formativo. Essa questão apresentou novos delineamentos da pesquisa e redirecionou o foco para entender a própria crise que a Pastoral atravessa.

Mostramos que a ocupação e resistência da Fazenda Estiva, houve tanto uma memória positiva quanto à ação e atuação da CPT como importante e decisiva para o “desenrolar dos acontecimentos” na ocupação na Fazenda Estiva, como uma memória negativa, que aponta os erros de julgamento e de atuação, principalmente, na constatação de que houve exageros na dosagem de paternalismo em relação aos posseiros. A CPT atuou, assessorando os trabalhadores, resistindo aos ataques, arrecadando alimentos e mesmo, conferindo apoio religioso e moral nos momentos mais difíceis.

Como realidade de mudança no próprio assentamento, encontramos novos assentados – ao todo composto por cinco famílias – que conhecem pouco, ou desconhecem totalmente, o histórico da região. Alguns nunca ouviram falar que ali desenrolou uma luta sangrenta pela posse, com feridos a bala dos dois lados.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, M. Moreira. **A igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CPT – Dez anos de caminhada. Petrópolis: Vozes, 1985.

CPT A luta pela terra: A comissão pastoral da terra 20 anos depois. São Paulo: Paulus, 1997.

GRZYBOWSKI, C. Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In STÈDILE, J. P. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade. Universidade Federal do RS, 1994.

_____, Esboço de uma alternativa para a educação no meio rural. in **Contexto & Educação**, n. 4, Ijuí, FUI, 1984.

IANNI, O. A utopia camponesa. In **Dialética e capitalismo**. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____, O Mundo agrário. In **A era do globalismo**. 3ª edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: 1987.

_____, **A Luta pela Terra**. Petrópolis. Vozes, 1977.

LEAL, C. R. A.;A. Arapuça Armada: ação coletiva e práticas educativas na modernização agrícola do Sudoeste Goiano. **Tese defendida em 2006**. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG/ FE, 2006.

LEITE, Sérgio et al. **Impactos dos assentamentos**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura: NEAD. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MANFREDI, S. **Formação sindical: história de uma prática cultural no Brasil**. São Paulo, FAPESP Editora, 1996.

_____, **Educação sindical entre o conformismo e a crítica**. São Paulo: Loyola, 1986.

MARTINS, Carlos Benedito. Estrutura e ator: a teoria da prática em Bourdieu. In **Educação e sociedade**, n. 27, p. 33-46, set. 1987.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____, A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____, **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. Questões sobre o sindicalismo rural. in **Tempo e presença**, CEDI, n. 243, jul. 1989^a, p. 7-9.

_____, **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1986b;

PANINI, C. **Reforma agrária dentro e fora da lei**. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

PERANI, C. Comissão Pastoral da Terra: novidades e questionamentos. In **Conquistar a terra, reconstruir a vida: CPT – dez anos de caminhada**. Petrópolis: Vozes, 1985.

PESSOA, J. de M. **A Revanche camponesa**. Goiânia: Editora da UFG, 1999a.

POLETTO, I. A terra e a vida em tempos neoliberais. In **A luta pela terra: A comissão pastoral da terra 20 anos depois**. São Paulo: Paulus, 1997.

_____, A CPT, a igreja e os camponeses. In org. **Conquistar a terra, reconstruir a vida: CPT – dez anos de caminhada**. Petrópolis: Vozes, 1985;

POKER, J.G A. B. A prática da vida e os desencontros da libertação. **Dissertação defendida** na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1994. Universidade de São Paulo.

SOTELO, Lúcia F. Ribeiro. **Educação e cidadania: Do ensino social da igreja à prática educativa da CPT no Regional de Goiás**. São Paulo: Editora Academia Cristã, Ltda. 2007.

SCHWANTES, M. **Conquistar a terra, reconstruir a vida**. CPT – Dez anos de caminhada. (org) Petrópolis, Vozes, 1985.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL